TC 011.465/2016-6

Tomada de Contas Especial

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada por determinação de Vossa Excelência, a partir de despacho proferido no âmbito do TC 016.156/2015-3, conforme cópia constante da peça 1 deste processo, que tratou de TCE originalmente autuada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra as Sras. Eleonor Cunha de Oliveira e Maria Cícera da Silva Brito, ex-técnicas administrativas daquela entidade, em razão de prejuízo ao erário decorrente da reativação ilegal de benefícios por meio inserção fraudulenta de dados no sistema de informática da Previdência Social.

2. Neste processo, um dos doze que foram autuados em atendimento ao despacho supramencionado, foi realizada a citação das ex-servidoras do INSS, em solidariedade com a Sra. Raimunda de Fátima Saraiva da Silva, por ter recebido, de forma fraudulenta, o benefício do INSS 07/098.304.559-3, na condição de procuradora, em 14/8/2003, 11/11/2003 e 13/11/2003.

3. Após atestar a revelia da Sra. Maria Cícera da Silva Brito, bem como analisar as alegações de defesa apresentadas pelas Sras. Raimunda de Fátima Saraiva da Silva e Eleonor Cunha de Oliveira, a Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA) propôs, em pareceres convergentes, o julgamento pela irregularidade das contas das três responsáveis, com a consequente imputação de débito.

4. Mediante parecer na peça 36, cogitei a renovação das citações endereçadas às responsáveis, com vistas à correta identificação das condutas que lhes eram individualmente atribuídas, medida já adotada em outras tomadas de contas especiais apartadas do TC 016.156/2015-3. Por meio do despacho constante da peça 37, Vossa Excelência anuiu à proposta formulada por este membro do *Parquet* e restituiu os autos à unidade técnica.

5. Renovadas as citações, mais uma vez a Sra. Maria Cícera da Silva Brito foi revel, tendo as Sras. Eleonor Cunha de Oliveira e Raimunda de Fátima Saraiva da Silva apresentado novamente suas alegações de defesa, cujos expedientes constam das peças 19 e 20.

6. Após análise das alegações de defesa, a SecexTCE, agora responsável pela instrução dos autos, propõe, em pronunciamentos uníssomos, julgar irregulares as presentes contas, com a imputação do consequente débito às três responsáveis envolvidas.

7. Inicialmente, ressalto que as condutas irregulares das responsáveis foram apropriadamente delineadas no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar 35166.000836/2005-01, o qual resultou inclusive na demissão das então servidoras do INSS, Sras. Maria Cícera da Silva Brito e Eleonor Cunha de Oliveira (peça 3, p. 70).

8. Neste processo, conforme visto anteriormente, mesmo após a renovação das citações pela unidade técnica, a Sra. Maria Cícera da Silva Brito manteve-se inerte. Portanto, em face da concretização da revelia dessa responsável, os autos devem ter sua continuidade, em vista do que dispõe o art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992.

9. As Sras. Eleonor Cunha de Oliveira e Raimunda de Fátima Saraiva da Silva reapresentaram suas alegações de defesa que, no essencial, em nada se diferenciam daquelas que já haviam sido por elas encaminhadas na ocasião da realização da primeira citação, na medida em que novamente as responsáveis limitaram-se a indicar a suposta falta de capacidade financeira para arcar com o débito que lhes vier a ser imputado pelo Tribunal.

10. Portanto, reputo, em consonância com o exame efetuado pela SecexTCE, que as únicas alegações de defesa constantes dos autos devam ser rejeitadas, pois não tiveram qualquer intenção de refutar as irregularidades imputadas, tampouco apresentaram elementos aptos a descaracterizá-las.

11. Quanto à alegação de hipossuficiência apresentada pelas defendentes, cumpre repisar que não cabe a esta Corte de Contas analisar o peso de suas condenações na vida financeira de responsáveis que vierem a ter contas julgadas irregulares, com imputação de débito e, eventualmente, aplicação de multa. Nesse ponto, a ex-servidora do INSS e a procuradora indevidamente beneficiada poderão requerer, oportunamente, o parcelamento da dívida, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU (RI/TCU).

12. A Sra. Eleonor Cunha de Oliveira, argumenta, em adendo, estarem em andamento descontos em sua aposentadoria por tempo de contribuição, os quais alcançam cerca de 30% do valor recebido.

13. Sobre os argumentos acima mencionados, reproduzo trecho do voto condutor do Acórdão 8.981/2018-TCU-1ª Câmara, da lavra de Vossa Excelência, proferido no TC 010.794/2016-6, uma das 12 tomadas de contas especiais constituídas a partir do TC 016.156/2015-3:

Devidamente citada, Eleonor Cunha de Oliveira apresentou elementos de defesa que sequer intentaram afastar sua responsabilidade em relação aos fatos irregulares. Limitaram-se a afirmar que ex-servidora não possui condições financeiras para arcar com o débito apurado, bem como que vêm sendo descontados dos seus proventos de aposentadoria valores correspondentes a dívidas de mesma natureza das que o TCU pretende lhe imputar, configurando cobrança em duplicidade.

Considerando que a jurisprudência desta Corte de Contas é clara quanto à impossibilidade de afastar débito ou multa em razão da hipossuficiência financeira do responsável, por absoluta falta de previsão legal, bem assim que, por ocasião do cumprimento do acórdão, poderão ser aproveitadas as parcelas que tiverem sido comprovadamente pagas, rejeito, de pronto, as alegações apresentadas.

14. Assim, em harmonia com o entendimento acima reproduzido, cabe rejeitar tais alegações de defesa também nesta TCE.

15. Não havendo nos autos elementos capazes de sinalizar a ocorrência de boa-fé na conduta das responsáveis, compete ao Tribunal, desde logo, proferir o julgamento definitivo de mérito pela irregularidade das presentes contas, com a consequente imputação do débito no valor apurado.

16. Quanto à aplicação de penalidades por este Tribunal, a unidade técnica afastou a possibilidade com base na prescrição da pretensão punitiva, fundada na interpretação dada ao tema por meio do Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário, que apreciou incidente de uniformização de jurisprudência tratando do assunto.

17. Diante do exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta concordância com a proposta de encaminhamento oferecida pela SecexTCE.

(assinado eletronicamente)

Sergio Ricardo Costa Caribé
Procurador